

Gasto com juros cresce e anula superávit do governo

Divida Pública

Foram consumidos R\$ 136 bi no ano, contra R\$ 70,2 bi poupados

EDNA SIMÃO

BRASÍLIA – Todo o aperto fiscal feito pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva durante este ano foi insuficiente para evitar o aumento da dívida pública. O gasto com pagamento de juros de janeiro a novembro somou R\$ 136,306 bilhões (9,59% do Produto Interno Bruto, soma de todas as riquezas geradas no país). O superávit primário (tudo que o governo arrecada menos despesas e pagamentos de juros) foi de R\$ 70,294 bilhões, ou 4,94% do PIB, no mesmo período.

A economia acumulada superou em R\$ 5,3 bilhões a meta fixada para o ano pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), que varia de R\$ 65 bilhões a R\$ 66 bilhões. A folga, no entanto, poderá ser totalmente consumida no fim deste ano com o pagamento de 13º salário e férias aos servidores. O chefe-adjunto do Departamento Econômico do Banco Central, Luiz Malan, não vê risco de descumprimento da meta, mesmo com a previsão de despesas maior.

Apesar de o superávit primário não ser suficiente para fazer frente aos gastos com juros, Malan ressaltou que é totalmente necessário para que o país consiga ter crescimento sólido e evitar uma trajetória explosiva da dívida pública.

– Sem dúvida, existem custos

associados. A visão não pode ser de curto prazo. O ajuste é essencial para a estabilidade econômica.

De outubro para novembro, a dívida líquida do setor público subiu R\$ 15,257 bilhões, passando de R\$ 890,036 bilhões para R\$ 905,293 bilhões (57,2% do PIB). No ano, a dívida subiu R\$ 24,165 bilhões. Em dezembro passado, correspondia a R\$ 881,108 bilhões (55,5% do PIB).

A expectativa do BC é de que o país feche o ano com uma relação dívida-PIB de 57,3%, considerando um câmbio de R\$ 2,93 e uma taxa básica de juros (Selic) média de 16,88% ao ano. Essa estimativa não considera a revisão do PIB pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), feita na semana passada.

– Não consideramos que o impacto seja significativo – afirmou.

Segundo Malan, a tendência da trajetória da relação dívida-PIB é de redução, se mantidos o ajuste fiscal e a flexibilização da política monetária. Em novembro, o governo conseguiu registrar superávit primário de R\$ 6,259 bilhões, o melhor para o mês desde o início da série do BC, em 1991. Em outubro, o saldo positivo foi de R\$ 6,958 bilhões. Todas as esferas do governo apresentaram desempenho re-

corde no mês passado, com exceção das estatais municipais.

O gasto com juros subiu de R\$ 9,851 bilhões em outubro para R\$ 12,579 bilhões em novembro. O aumento ocorre, principalmente, por causa do prejuízo de R\$ 1,9 bilhão que o BC teve com operações de *swap* cambial (contrato que rende a diferença entre o câmbio e taxa de juros prefixada).

O secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Levy, afirmou que está atento aos gastos do governo no fim do ano para garantir o cumprimento da meta de superávit com o FMI e a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Segundo ele, o governo central (inclui as contas do Tesouro Nacional, do INSS e do Banco Central) deverá contri-

buir menos, e as estatais compensarão parte da perda. As empresas estatais contribuíram para o superávit com R\$ 9,621 bilhões no acumulado de janeiro a novembro, mas dificilmente conseguirão cumprir a meta de R\$ 11 bilhões fixada pelo governo.

Segundo os números divulgados ontem pelo Tesouro Nacional, o superávit do governo central caiu de R\$ 4,563 bilhões em outubro para R\$ 2,316 bilhões.

esimao@jb.com.br

As contas do governo

(em R\$ bilhões)

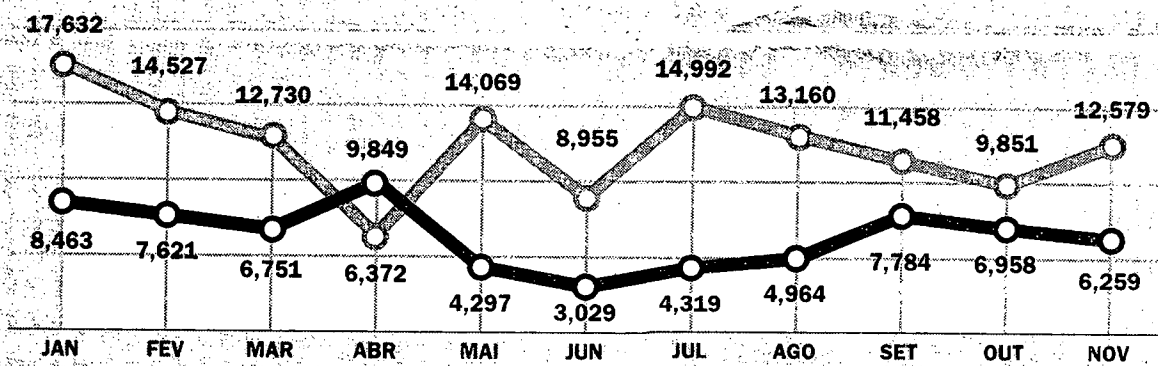
O QUE FOI POUPADO E QUANTO OS JUROS CONSUMIRAM

ACUMULADO NO ANO

Superávit primário	R\$ 70,294 bilhões (4,94% do PIB)
Pagamentos de juros	R\$ 136,306 bilhões (9,59% do PIB)

O que é superávit primário

É a soma de todas as receitas do setor público, deduzidas as despesas e os pagamentos de juros da dívida



A DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO

Em R\$ bilhões
(Em % do PIB)

